Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes.

A Companhia possui atualmente 19 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste do Brasil, e 2 escritórios comerciais situados na Bahia e em Goiás. Ressaltando ainda que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2017, para divulgação em 03 de março de 2017.

#### 2. Políticas contábeis

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Continuidade operacional

De fato, com a expectativa de crescimento do PIB em torno de 0,50% em 2017, a Companhia trabalha com incremento real de seu faturamento, em todas as suas receitas. Com os cortes de despesas já efetuados em 2016, cujos reflexos serão sentidos em 2017, a Companhia espera atingir um resultado operacional mais elevado do que aqueles verificados anteriormente, e um nível maior de eficiência. Também, como executado em 2016, o volume de CAPEX deverá manter-se baixo sem prejuízo às operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.1. Base de preparação--Continuação

Continuidade operacional--Continuação

Além disso, com a melhoria do cenário político e econômico local bem como o conhecido volume esperado para a safra de 17/18 a Companhia deverá continuar gerando recursos para a redução do nível de endividamento alicerçando um crescimento mais rentável para os exercícios subsequentes.

# 2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia decidiu apresentar os montantes das transações de "forfait" em rubrica específica do passivo circulante. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) impostos e contingências; e (iii) valor justo de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

### a) Ativos financeiros

### i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

### Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- a) Ativos financeiros--Continuação
  - ii) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

#### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- a) Ativos financeiros--Continuação
  - iii) Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### vi) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- a) Ativos financeiros--Continuação
  - vi) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge--Continuação

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

### b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### d) Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### e) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP - Financiamentos de Importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.3. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

Companina. A	Compannia. A Compannia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.			
Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção		
CPC 38 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros	A IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de hedge.		
	Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.			
CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.  A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018,	A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas, visto que as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas.		

sendo permitida adoção antecipada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.3. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016--Continuação

Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
IFRS 16 - Operações de Arrendamento mercantil	A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.  Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso).	A Companhia está avaliando o conteúdo e os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento, porém, a nossa avaliação preliminar referente aos impactos da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras é o potencial reconhecimento de um ativo imobilizado e um passivo financeiro. A Companhia está na fase de levantamento de todos os contratos de arrendamento mercantil vigentes para mensurar os impactos financeiros.
	A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.	
	A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.	

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

		Taxa média	2016	2015
Disponibilidades Aplicações financeiras			54.852	35.155
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(i)	97,4% do CDI	2.633	3.935
Debêntures - operações compromissadas	(ii)	96,0 % do CDI	7.065	30.460
		<u> </u>	64.550	69.550

 <sup>(</sup>i) Representadas por quotas de fundo DI (Depósito Interbancário). Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.

#### 4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

2016

2015

	2010	2015
Contas a receber no país	506.511	592.842
Contas a receber no exterior	1.284	1.176
Ajuste a valor presente	(6.744)	(8.641)
	501.051	585.377
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.983)	(39.264)
	467.068	546.113
Circulante	(466.987)	(545.757)
Não circulante	81	356

<sup>(</sup>ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 4. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,80% (1,80% em de dezembro 2015) ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica "Receita Financeira".

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber de clientes no valor de R\$96.063 (R\$76.189 em 2015) encontram-se vencidas. A Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2016	2015
Até três meses	24.592	11.599
De três a seis meses	7.505	13.481
Mais de seis meses	63.966	51.109
	96.063	76.189

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$33.983 (R\$39.264 em 31 de dezembro de 2015), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	2016	2015
Até seis meses	382	1.957
Mais de seis meses	33.601	37.307
	33.983	39.264
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 4. Contas a receber de clientes--Continuação

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	39.264	25.260
Constituição da provisão (i)	3.501	18.587
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis	(8.782)	(4.583)
Saldo final	33.983	39.264

<sup>(</sup>i) Registradas na rubrica "Despesas com vendas", no resultado do período.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

### 5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	2016	2015
Matérias-primas e embalagens	509.231	824.978
Importações em andamento	179.332	160.564
Adiantamentos a fornecedores	3.717	5.704
Almoxarifado	12.790	18.611
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(1.690)	(1.554)
	703.380	1.008.303

<sup>(</sup>i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2016, alguns itens de estoques, 9% da rubrica, estavam dados em garantia de operações com fornecedores (10% em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 6. Tributos a recuperar

	2016	2015
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	238.919	279.252
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	89.724	86.321
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (ii)	- 55.424	(8) 60.375
Programa de Integração Social - PIS (i) IRRF sobre instrumentos financeiros	2.372	670
Outros	165	165
	386.604	426.775
Circulante	(101.341)	(99.775)
Não circulante (iii)	285.263	327.000

- (i) Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$270.477, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2016, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. Em 14/12/2016, a União Federal promoveu o depósito do montante de R\$79,6 milhões.
- (ii) Serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$375 e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto às autoridades estaduais de São Paulo no montante de R\$16.141 e de Minas Gerais no montante de R\$27.177.
- (iii) Refere-se basicamente aos créditos de PIS e da COFINS, cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2018 a 2021.

### 7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

### 7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das companhias incluídas nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2016	2015
Imposto de renda a recuperar	212.101	183.374
Contribuição social a recuperar	24.485	19.532
·	236.586	202.906
Circulante	(53.046)	(37.259)
Não circulante	183.540	165.647

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic de R\$136.367, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2016, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

### b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	2016	2015
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social Diferenças temporárias:	191.107	199.823
Provisão para comissões sobre vendas	3.979	3.911
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	7	91
Provisão para contingências	9.360	5.480
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.462	5.559
Ajuste a valor presente	3.408	4.042
Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado	575	528
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	197	222
Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos	4.178	4.897
Outras diferenças temporárias	1.456	1.542
_	217.729	226.095
Passivo:		
Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos	(75)	(9.474)
Ajuste a valor presente	(3.656)	(3.999)
Imobilizado - custo atribuído (i)	(26.282)	(26.949)
Outras	(4.067)	(3.485)
	(34.080)	(43.907)
Líquido	183.649	182.188

<sup>(</sup>i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.

<sup>(</sup>ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerada após revisão da vida útil-econômica dos bens.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

### 7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos--Continuação

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

Ano	_
2017 2018 2019 2020 2021 2022	15.224 22.878 38.933 42.147 45.447 49.842
2023	3.258
	217.729

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

# c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal dos tributos	60.317 34%	(514.982) 34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(20.508)	175.094
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos: Benefícios fiscais e subvenções Outras	4.191 (810)	2.928 993
	(17.127)	179.015
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios:		
Corrente Diferido	(18.577) 1.450	- 179.015
	(17.127)	179.015
Alíquota efetiva dos tributos	28%	35%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	57.766	(54.593)	3.173
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo		004	224
imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	160.638	664 -	664 160.638
contribuição social gerado no período	7.691	10.022	17.713
Saldo em 31 de dezembro de 2015	226.095	(43.907)	182.188
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	350	667 9.160	667 9.510
contribuição social do período	(8.716)	-	(8.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	217.729	(34.080)	183.649

### 8. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos representados por contratos "NDFs" e "swaps" são resumidos a seguir:

	Valor de	referência					Ganhos	(perdas)		
	(nocional)		(nocional)		(nocional) Valor justo líquido		Curva do instrumento		incorridos no período	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Posição líquida	440.852	1.417.731	(12.065)	13.463	(9.143)	14.174	(294.180)	410.646		

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do período, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 22).

#### a) Descrição dos contratos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha contratos derivativos de "swaps" no valor nominal total de R\$440.852 (R\$10.499 em 31 de dezembro de 2015) com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial, a Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norte-americano menos 0,86 % ao ano e é responsável por pagar 100% do CDI (em 31 de dezembro de 2015 detinha também contratos derivativos de "NDFs" no valor nominal de R\$1.417.731).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 8. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

### b) Vencimento dos contratos de "swaps"

Em 31 de dezembro de 2016, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Dólares americanos (US\$)
F. 4 8 .	50.700
Em 1 mês	53.732
De 1 a 2 meses	31.000
De 3 a 4 meses	30.121
De 5 a 6 meses	18.069
De 7 a 8 meses	2.346
	135.268

### 9. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, a PCS Sales (Canada) INC. (PCS) detém 9,5% das ações, e os 29,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

#### a) <u>Transações e saldos</u>

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	2016	2015
Ativo		
Contas a receber (i)		
Dalton Dias Heringer	88	38
•	88	38
Estoques		
OCP	176.850	192.665
JFC V-Jorf Fert. Company	97.348	54.220
Canpotex Limited	194.093	336.934
	468.290	583.820
Outras contas a receber (ii)		
PCS	1.660	6.480
OCP	2.431	22.626
JFC V-Jorf Fert. Company	1.709	2.156
Canpotex Limited	251	134.495
	6.050	165.758
	474.429	749.616

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 9. Partes relacionadas -- Continuação

# a) Transações e saldos--Continuação

- (i) Decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios.
- (ii) Decorrem de bonificações por performance, de acordo com contrato de fornecimento entre as partes.

	2016	2015
Passivo		
Contas a pagar (i)		
PCS	-	73.153
OCP	112.742	126.510
JFC V-Jorf Fert. Company	51.536	24.261
Canpotex Limited	253.018	281.247
	417.296	505.171
Empréstimos - mútuo		
Dalton Dias Heringer	29.665	-
Dalton Carlos Heringer	5.919	-
Juliana Heringer Rezende	5.085	-
Eny de Miranda Heringer	5.933	-
	46.602	-
	463.898	505.171

(i) Decorrem de compras de insumos, celebradas no curso normal dos seus negócios.

Resultado	2016	2015
Receita de vendas Dalton Dias Heringer (i)	381	851
Paulo de Araujo Rodrigues	2	1
OCP	8	-
	391	852
Custo dos produtos vendidos		
Dalton Dias Heringer	(920)	(2.469)
PCS (ii)	(27.761)	(225.730)
OCP (ii)	(146.777)	(361.209)
JFC V-Jorf Fert. Company	(80.792)	(101.335)
Canpotex Limited	(142.149)	(632.316)
Paulo de Araujo Rodrigues	(1)	(1)
	(398.399)	(1.323.060)
Outras receitas operacionais		
PCS (iii)		13.965
OCP (iii)	1.489	6.616
JFC V-Jorf Fert. Company	1.753	2.130
Canpotex Limited	65	52.729
Dalton Dias Heringer	21	20
	3.328	75.459
Compras		
PCS	27.761	225.730
OCP	323.622	555.598
JFC V-Jorf Fert. Company	178.139	156.358
Canpotex Limited	355.176	971.635
Claudia Povoa Miranda Brissolla EPP	-	544
Dalton Dias Heringer	148	301
	884.845	1.910.166

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

### 9. Partes relacionadas--Continuação

### a) Transações e saldos--Continuação

- (i) São decorrentes da venda de subprodutos originados no processo produtivo.
- (ii) Matéria-prima consumida no período.
- (iii) Bonificações por performance.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, e são liquidados em dinheiro. Houve garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas, vide Nota 10.

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia assinou junto aos atuais acionistas OCP e PCS contratos para compra de fertilizantes fosfatados e fertilizantes potássicos, respectivamente, cuja vigência é de 10 anos (renováveis por mais cinco anos). O contrato com a OCP prevê o volume mínimo de 320 mil toneladas por ano.

Em dezembro de 2016 a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios. A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas, vide Nota 10.

#### b) Remuneração de partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o total de remuneração das partes relacionadas foi como segue:

2016

2015

Salários e encargos	3.805	4.411
Honorários dos administradores	2.691	2.415
Participação nos lucros	206	214
Plano de previdência privada	346	344
Outros	119	121
	7.167	7.505

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano		
	Nominal	Média ponderada	
Edifícios e construções Máquinas, equipamentos e instalações	De 1,5 a 25	2,97	
industriais	De 4 a 50	13,40	
Outros	De 10 a 25	19,95	

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# **10.** Imobilizado--Continuação

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$231.843 em 31 de dezembro de 2016 (R\$232.705 em 31 de dezembro de 2015), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de financiamentos.

			Máquinas e				
			equipamentos				
		Edifícios e	e instalações		Imobilizações A		
	Terrenos	construções	industriais	Outros	em andamento a	fornecedor	Total
Em 31 de dezembro de 2014	64.962	220.387	147.801	11.565	79.755	16.587	541.057
Aquisições		150	1.652	5.843	72.742	19.180	99.567
Baixas		(6.395)	(4.748)	(1.006)	(64)	(4.975)	(17.188)
Depreciação e amortização		(7.973)	(38.551)	(3.780)	`-	` -	(50.304)
Transferências	1.378	72.735	41.386	1.241	(86.529)	(30.211)	
Em 31 de dezembro de 2015	66.340	278.904	147.540	13.863	65.904	581	573.132
			4 000	4 400	10.511	4.540	50.440
Aquisições	-	- (0.000)	1.260	1.128	43.544	4.510	50.442
Baixas (i)	-	(2.892)	(14.666)	(533)	-	(5.061)	(23.152)
Depreciação e amortização	-	(10.135)	(37.411)	(3.718)	- (04.705)	-	(51.264)
Transferências		37.025	43.904	856	(81.785)		
Em 31 de dezembro de 2016	66.340	302.902	140.627	11.596	27.663	30	549.158
Saldo em 31 de dezembro de 2015							
Custo	66.340	328.224	321.474	31.883	65.904	581	814.406
Depreciação e amortização	-	(49.320)	(173.934)	(18.020)	-	-	(241.274)
Valor residual líquido	66.340	278.904	147.540	13.863	65.904	581	573.132
Saldo em 31 de dezembro de 2016							
Custo	66.340	361.109	339.731	32.179	27.663	30	827.052
Depreciação e amortização	-	(58.207)	(199.104)	(20.583)	-	-	(277.894)
Valor residual líquido	66.340	302.902	140.627	11.596	27.663	30	549.158
(i) Baixas	-	(2.892)	(14.666)	(533)	-	(5.061)	(23.152)
- Custo	-	(4.140)	(26.909)	(1.686)	-	(5.061)	(37.796)
<ul> <li>Depreciação e amortização</li> </ul>	-	1.248	12.243	1.153	-	-	14.644

Em 31 de dezembro de 2016, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à: (i) Porto Alegre - RS; (ii) Rondonópolis - MT. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$818 (R\$4.850 em 31 de dezembro de 2015). Tais compromissos serão pagos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

### 11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 11. Fornecedores -- Continuação

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	2016	2015
Contas a pagar no país	166.680	90.822
Contas a pagar no exterior	811.865	758.532
	978.545	849.354

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente no valor de R\$10.754 (R\$11.762 em 31 de dezembro de 2015) foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados com cada fornecedor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

# 12. Operações de "Forfait"

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "forfait". Nessas transações os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras intermediando aquisição de matérias-primas com determinados fornecedores alonga substancialmente o prazo de pagamento das referidas compras contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia. Considerando as características de tais transações e cientes do Ofício Circular CVM nº 01/2017 de 12 de janeiro de 2017, a Companhia apresenta os montantes dessas transações em rubrica específica. Os prazos e condições estão apresentados abaixo.

_	Taxa de juros	Prazo	2016	2015
Forfait US\$57.901 mil (US\$74.168 mil em 31 de dezembro de 2015)	VC + 4,35% a.a.	287 dias	188.706	289.612

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

### 13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía nenhuma clausula restritiva financeira.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	2016	2015
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação (i) Fixo US\$179.522 (US\$343.215 em 31 de dezembro de 2015)	VC + 3,24 % a.a.	VC + 5,97 % a.a.	585.081	1.340.188
Capital de Giro Fixo US\$7.869 (US\$11.883 em 31 de dezembro de 2015)	VC + 2,62% a.a.	VC + 7,16%	25.645	46.401
Moeda nacional				
Capital de giro (ii)	168,10 do DI a.a.	168,10% do DI a.a.	325.911	116.867
Finame Operações de Crédito Rural (iii) Outras obrigações	5,39 % a.a. 9,26% a.a. VC+Libor+3,0% a.a.	5,39 % a.a. 9,26% a.a. VC+Libor+3,0% a.a.	5.973 18.713 15.211	7.946 21.402 12.773
BNDES Mútuo Debêntures (iv) Circulante	98,87% do DI a.a. 15,0% a.a. DI +3,25% a.a.	98,87% do DI a.a. 15,0%.a.a. DI + 3,95% a.a.	30.133 46.602 - 1.053.269 (858.662)	25.360 - 88.828 1.659.165 (1.594.540)
Não circulante			194.607	64.625

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

### i) <u>Financiamentos de importação</u>

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias-primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias-primas no exterior ou da data do desembolso da operação. Em 31 de dezembro de 2016, 24,8% (16,2% em 31 de dezembro de 2015) do montante financiado está garantido por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

### ii) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, 53% do saldo tem vencimento em 2017 e 47% vencimento até 2019. Em 31 de dezembro de 2016, 20% (22,2% em 31 de dezembro de 2015) do montante de capital de giro estão garantidos por recebíveis, 24% através de operação de FIDC da Companhia, 28% está garantido por precatório federal, 15% estão garantidos por imóveis rurais do grupo de controle e o saldo remanescente não possui garantias.

### iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. Do total de R\$18.713 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2016, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas.

#### iv) Debêntures

					31 de	dezembro de	2015
			Valor			Não	_
Série	Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	circulante	Total
				DI + 3,25%			
FHER12	26.000	6/5/2013	10.000	a.a.	88.228	-	88.228
					88.228		88.228

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

### iv) Debêntures--Continuação

Em 10 de maio de 2013, foram emitidas 26.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$10.000 cada, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013 e em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 29 de abril e 7 de maio de 2013, integrantes da 2ª emissão de debêntures da Companhia, com esforços restritos de distribuição.

O montante total da 2ª emissão foi de R\$260.000. Essas debêntures são remuneradas de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 3,25% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Os juros têm vencimento semestral a partir de novembro de 2013. O principal possuía vencimento em três parcelas anuais, de igual valor, e já foram pagas no vencimento, em 10 de novembro de 2014, 2015 e 2016.

#### v) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2016	2015
2016	_	1.594.540
2017	858.662	37.904
2018	156.696	26.721
2019 em diante	37.911	=
	1.053.269	1.659.165

### 14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 14. Contingências--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para contingências era composta como segue:

	2016	2015
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	1.825	3.771
(-) Depósitos judiciais	(1.037)	-
	788	3.771
Trabalhistas e previdenciárias	24.729	11.955
(-) Depósitos judiciais	(4.453)	(3.015)
`, '	20.276	8.940
Cíveis e ambientais	976	393
(-) Depósitos judiciais	(51)	(171)
,,,,,	925	222
Total	-	
Provisão para contingências	27.530	16.119
(-) Depósitos judiciais	(5.541)	(3.185)
•	21.989	12.934

### i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	16.119	10.770
Adição líquida	3.120	2.104
Atualização monetária	8.291	3.245
Saldo final	27.530	16.119

### ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	2016	2015
Tributários e administrativos	14.824	11.395
Cíveis e ambientais	5.808	5.540
Previdenciários	3.316	6.634
Trabalhistas	6.085	4.737
	30.033	28.306
Trabalhistas		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 14. Contingências -- Continuação

#### iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	2016	2015
Tributárias e administrativas	304.102	224.215
Trabalhistas e previdenciárias	80.603	29.005
Cíveis e ambientais	117.772	99.492
	502.476	352.713

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

As ações tributárias e administrativas referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS e ICMS, principalmente, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

#### iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui R\$135.866 de créditos tributários adquiridos reconhecidos no ativo circulante e R\$29.905 no ativo não circulante, a Administração da Companhia, amparada na expedição da "Requisição de Pagamento" da Justiça Federal no montante de R\$130.482 de 20/06/16 referente ao valor incontroverso e na posição de seus consultores legais, tem a expectativa de receber o referido montante em dezembro de 2017 atualizado pelo IPCA-E, e o saldo dos créditos no prazo de cinco anos, incluindo a sua atualização monetária - IPCA-E e os juros correspondentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# **14. Contingências**--Continuação

### v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontra-se aguardando decisão final de 1ª Instância (sentença).

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda no que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado das ações classificadas com chances possíveis de perda era de R\$16.090 (R\$14.983 em 31 de dezembro de 2015).

# 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito de R\$585.518 está representado por 53.857.284 ações.

	31/12/2016	31/12/2015
Capital social Custos com emissão de ações	585.518 -	594.165 (8.647)
	585.518	585.518

Em 12 de janeiro de 2015, a OCP International Coöperatieve U.A. subscreveu 5.385.742 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00 por ação ordinária. Além da OCP, outros acionistas exerceram o direito de preferência configurando um aumento de capital social da Companhia no montante total de R\$145.419.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

### c) <u>Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$23.144, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2016, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2013	2014	2015	2016	Total
PSDI (i)	134.389	25.099	19.575	17.970	197.033
Desenvolve (ii)	-	-	-	3.946	3.946
Outros incentivos recebidos	5.457	-	-	1.228	6.685
	139.846	25.099	19.575	23.144	207.664

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial PSDI Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete SE. O programa tem vencimento em 26 de setembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Redução de 75% do imposto de renda a recolher, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 15. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais</u>--Continuação

A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal originalmente concedido em março de 2006 para a unidade localizada em Rosário do Catete - SE e tem duração garantida até 2015. A partir de 2011 o benefício foi estendido para a unidade de Camaçari - BA e tem duração garantida até 2020. A partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis - MT e tem duração garantida até 2023, a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candeias - BA e tem duração garantida até 2025.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios.

### 16. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valores por ação):

	2016	2015
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	43.190	(335.967)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	53.857	53.857
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	0,8019	(6,2381)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

# 17. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 17. Receita operacional líquida--Continuação

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Vendas brutas de produtos	5.273.230	6.416.122
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e		
devoluções das vendas	(20.093)	(37.902)
Impostos sobre as vendas	(80.083)	(89.390)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	21.916	19.575
	5.194.970	6.308.405

### 18. Custo e despesas por natureza

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo de produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros preestabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 18. Custo e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2016	2015
Matérias-primas e materiais de produção	4.334.917	5.518.591
Despesas com transporte	179.343	206.087
Despesas com pessoal (Nota 21)	210.277	215.828
Despesas comerciais	81.192	95.717
Depreciação e amortização	51.776	51.106
Participação nos lucros (Nota 21)	7.829	8.055
Despesas com publicidade	636	1.322
Arrendamentos mercantis operacionais	5.627	7.118
Outros gastos	127.449	128.223
ŭ	4.999.046	6.232.047
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	4.557.742	5.756.787
Despesas com vendas	340.309	380.946
Despesas gerais e administrativas	100.995	94.314
	4.999.046	6.232.047

# 19. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

	2016	2015
Variação cambial ativa	545.108	350.764
,		
Variação cambial passiva	(283.352)	(1.345.641)
	261.756	(994.877)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 20. Despesas e receitas financeiras

_	2016	2015
Despesas financeiras	(000 400)	(74.040)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	(309.436)	(74.043)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(140.388)	(106.831)
Despesas com ajustes a valor presente	(61.675)	(46.375)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(44.746)	(57.603)
Variações monetárias passivas	851	(2.053)
- -	(555.394)	(286.905)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	36.988	19.017
Receitas com ajustes a valor presente	89.852	79.458
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	15.255	484.688
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.725	15.218
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	12.333	21.363
_	156.153	619.744
_	(399.241)	332.839

# 21. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Ordenados e salários	125.111	128.255
Custos de previdência social	32.420	33.622
Benefícios previstos em Lei	17.151	17.216
Benefícios adicionais (i)	35.595	36.735
	210.277	215.828
Participação nos resultados	7.829	8.055
	218.106	223.883

<sup>(</sup>i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio e alimentação.

# 22. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "*vendor*" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações com "*swaps*" e "*NDFs*".

Forfait

Instrumentos financeiros derivativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 22. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

	I		
	31	de dezembro de 201	6
	Ativos mensurados		
	ao valor justo		
	através do	Empréstimos e	
	resultado	recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	64.550	64.550
Contas a receber de clientes	-	467.068	467.068
Instrumentos financeiros derivativos	222	-	222
	222	531.618	531.840
	0.4	d. d	•
	Passivos	de dezembro de 201	6
	mensurados ao		
	valor justo através	Outros passivos	
	do resultado	financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial	<u>uo rooditado</u>	munoonoo	Total
Empréstimos e financiamentos	_	1.053.269	1.053.269
Fornecedores	-	978.545	978.545
Forfait	-	188.706	188.706
Instrumentos financeiros derivativos	12.287	-	12.287
	12.287	2.220.520	2.208.233
	31	de dezembro de 201	5
	Ativos mensurados	de dezembro de zor	<u> </u>
	ao valor justo		
	através do	Empréstimos e	
	resultado	recebíveis	Total
ativos, conforme balanço patrimonial	- roountado	1000011010	· Otal
Caixa e equivalentes de caixa	-	69.550	69.550
Contas a receber de clientes	_	546.113	546.113
Instrumentos financeiros derivativos	27.864	-	27.864
	27.864	615.663	643.527
	31	de dezembro de 201	5
	Passivos	40 4020111010 40 201	<u> </u>
	mensurados ao		
	valor justo através	Outros passivos	
	do resultado	financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	1.659.165	1.659.165
Fornecedores	=	849.354	849.354
F 6 ''		000 040	000 040

14.402

14.402

289.612

2.798.131

289.612

14.402

2.812.533

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 22. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de dezem	bro de 2016
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	64.550	64.550
Contas a receber de clientes	467.068	468.068
Instrumentos financeiros derivativos	222	222
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	1.053.269	1.053.269
Fornecedores	978.545	978.545
Forfait	188.706	188.706
Instrumentos financeiros derivativos	12.287	12.287
	31 de dezem	bro de 2015
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	69.550	69.550
Contas a receber de clientes	546.113	546.113
Instrumentos financeiros derivativos	27.864	27.864
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	1.659.165	1.659.661
Fornecedores	849.354	849.354
Forfait	289.612	289.612
Instrumentos financeiros derivativos	14.402	14.402

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
   Vide Nota 12 para mais detalhes.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 8 para mais detalhes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 22. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

#### Hierarquia de valor justo

Ativo avaliado a valor justo

	31 de dezembro de 2016		
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	222	-
	31 de	dezembro de	e 2015
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	27.864	=

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia outros ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

	31 de dezembro de 2016		
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.287	-
	31 de	dezembro de	e 2015
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	14.402	-

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia outros passivos avaliados a valor justo.

### 23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

### a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco de câmbio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

### a) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

### b) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

### b) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro		
	previsto	2016	2015
Importação em andamento (Nota 5) US\$55.025 (US\$41.119 em			
31/12/2015)	Até 35 dias	(179.332)	(160.564)
Fornecedores no exterior (Nota 11)	444.004.11	044.00=	
US\$247.596 (US\$194.256 em 31/12/2015)	Até 284 dias	811.865	758.532
Forfait (Nota 12) US\$57.901 (US\$74.168 em 31/12/2015)	Até 284 dias	188.706	289.612
Empréstimos e financiamentos (Nota 12) Financiamentos de importação			
US\$179.522 (US\$343.215 em 31/12/2015)	Até 226 dias	585.081	1.340.188
Capital de giro US\$7.869 (US\$11.883 em 31/12/2015)	Até 48 dias	25.645	46.401
Demais contas a pagar (receber) líquidas			
US\$4.139 (US\$8.399 em 31/12/2015)	Até 270 dias	13.488	(30.778)
		1.445.453	2.243.391
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 8)			
US\$135.268 (US\$363.074 em 31/12/2015)	Até 228 dias	(440.852)	(1.417.731)
Exposição líquida		1.004.601	825.660

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias-primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

### b) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio--Continuação

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "Hedge".

#### c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

### c) Risco de crédito--Continuação

	2016	2015
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		_
Baixo risco para longo prazo	63.045	65.615
Baixo risco para médio prazo	1.505	3.935
·	64.550	69.550
Ativos financeiros derivativos		
Baixo risco para longo prazo	-	13.462
	-	13.462

#### d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender às vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da Companhia, estão consignados na rubrica "Contas a receber de clientes" e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

### d) Risco de liquidez--Continuação

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	1.626.639	11.894	28.583	6.255
Fornecedores	849.354	-	-	-
Forfait	289.612	-	-	-
Instrumentos financeiros				
derivativos	14.402	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	846.429	158.048	77.629	2.252
Fornecedores	978.545	-	-	-
Forfait	188.706	-	-	-
Instrumentos financeiros				
derivativos	12.287	-	-	-

#### e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

- Instrumentos com risco cambial os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$3,2591/US\$ e a taxa de CDI de 13,63% ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2016, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

### e) <u>Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos</u>--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos - derivativos de cambiais

	Impacto no	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido				
	Cenário II Cenário III Cenário II Cená					
	-25%	-50%	25%	50%		
Cotação do dólar	R\$2,4443	R\$1,6296	R\$4,0739	R\$4,8887		
"Hedge" - "swap"	(110.216)	(220.419)	110.216	220.419		

Instrumentos financeiros não derivativos

#### Câmbio

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$2,4443	R\$1,6296	R\$4,0739	R\$4,8887
Fornecedor no exterior, líquido de				
importação em trânsito	158.138	316.257	(158.138)	(316.257)
Forfait	47.178	94.350	(47.178)	(94.350)
Financiamento de importação	146.275	292.531	(146.275)	(292.531)
Capital de giro	6.412	12.823	(6.412)	(12.823)
Demais contas a pagar	3.372	6.745	(3.372)	(6.745)
	361.375	722.706	(361.375)	(722.706)

#### f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

### f) Gestão de risco de capital -- Continuação

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2016, esse índice ficou em 16,2% (27,3% em 31 de dezembro de 2015). O Conselho de Administração autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2017.

### 24. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto, a Companhia possui apólices de seguro para a unidade de produção de Paranaguá - PR com limite máximo de indenização de R\$9.000, para as unidades de Dourados - MS, Catalão - GO, Rio Verde - GO, Porto Alegre - RS, Manhuaçu - MG, Três Corações - MG e Uberaba - MG com limite máximo de indenização de R\$56.961, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$29.500, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$100, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$14.163, e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$150.000.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$20.000.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

### 25. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 25. Informações por segmento de negócios--Continuação

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 19 unidades misturadoras da Companhia.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

		2016		2015			
_	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total	
Receita bruta de vendas Deduções e impostos sobre	-	5.273.231	5.273.231	-	6.416.122	6.416.122	
vendas	-	(78.260)	(78.260)	_	(107.717)	(107.717)	
Receita líquida de vendas	-	5.194.970	5.194.970	-	6.308.405	6.308.405	
Custos dos produtos vendidos Lucro (prejuízo) bruto	(21.735) (21.735)	(4.536.008) 658.962	(4.557.742) 637.228	(22.626) (22.626)	(5.734.161) 574.244	(5.756.787) 551.618	
Despesas operacionais Despesas financeiras, liquidas			(439.426) (137.485)			(404.562) (662.038)	
Lucro (prejuízo) operacional			60.317			(514.982)	
Imposto de renda e contribuição social			(17.127)			179.015	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			43.190			(335.967)	
Depreciação e amortização	10.680	41.096	51.776	10.715	40.392	51.107	
EBITDA	(11.055)	260.633	249.578	(11.911)	210.074	198.163	

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

# 25. Informações por segmento de negócios--Continuação

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

		2016			2015		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total	
Estoques	3.164	700.216	703.380	3.253	1.005.050	1.008.303	
Imobilizado	53.689	502.373	556.062	64.469	508.663	573.132	
Demais ativos	-	1.596.102	1.596.102	-	1.752.075	1.752.075	
Total dos ativos	56.853	2.798.691	2.855.544	67.722	3.265.788	3.333.510	

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento.

Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 14), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$10.680 (R\$10.175 em 2015).

### 26. Eventos subsequentes

Em 24/01/2017, a União Federal promoveu a restituição no montante de R\$41,5 milhões referentes a créditos tributários federais de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no regime de lucro real relativos ao exercício de 2013.